

# Esquema de corrupção usava sete ministérios

BRASÍLIA — Os principais órgãos federais por onde saía o grosso das verbas do Orçamento também foram identificados pela subcomissão de emendas, conforme antecipou, ontem, o "Panorama Político" do GLOBO. Os maiores "ralos" pelos quais escoavam os recursos manipulados pela máfia estão direta e indiretamente ligados a sete ministérios: o dos Transportes (através do DNER), da Integração Regional (Dnocs), do Bem-Estar Social, das Minas e Energia (pela Eletrobrás), da Agricultura

(com o Incra), da Educação e da Saúde.

O relatório aponta ainda as relatorias parciais mais importantes dos orçamentos de 1986 a 1993. A sub-relatoria de habitação, saneamento e assistência social conseguiu liberar mais recursos pelo Ministério da Ação Social, pela LBA, pela Secretaria de Habitação e pelo extinto Ministério do Interior. Já a da integração regional priorizava as obras do Dnocs, da Codevasf e de irrigação. Além disso, a Sude-ne, a Sudam, a Suframa, a Sudeco, a Furene e o Finor também

tinham tratamento especial.

O relatório levantou os parlamentares que mais apareciam como relatores, presidentes e vice-presidentes da Comissão de Orçamento. O campeão foi o deputado Cid Carvalho, que por oito vezes ocupou cargos importantes dentro da comissão. Em segundo lugar vêm os deputados Eraldo Tinoco e João Alves, que passaram sete vezes pela Comissão. João Alves foi presidente em 86, vice-presidente em 85 e 87 e relator-geral em 90 e 91, além de ter sido sub-relator de habita-

ção, saneamento e assistência social em 90.

— A simples apresentação de emendas ao Orçamento não significa que o parlamentar tenha algum envolvimento com o esquema de corrupção — acentuou o senador Cid Saboya de Carvalho (PMDB-MG), um dos integrantes da subcomissão de emendas da CPI.

O relatório sugere a proibição aos relatores de proporem emendas, exceto as que atendam solicitações formalizadas por outros autores.